

1ª Recomendação da Comissão Nacional do Território

Plataforma de georreferenciação dos investimentos com impacto territorial efetuados no âmbito do Portugal 2020

Em resultado da 10ª Reunião do Grupo de Trabalho para o Território, dia 23 de abril de 2015, e na sequência de preocupações manifestadas pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (POSEUR) quanto à necessidade de identificar, numa plataforma georreferenciada, os investimentos com impacto territorial financiados no quadro do Portugal 2020;

Considerando a importância de proceder à georreferenciação daqueles investimentos com vista a contribuir para:

- Apoiar as atividades dos mais diversos setores da Administração Pública;
- Melhorar a análise das candidaturas por parte das autoridades de gestão e promover decisões mais robustas, eficazes e eficientes, com a consequente economia de recursos para o erário público (evitando duplicações, sobreposições e potenciando sinergias);
- Apoiar a realização das avaliações intercalares e das avaliações finais dos programas operacionais do Portugal2020;
- Valorizar a dimensão territorial que este ciclo de aplicação dos fundos comunitários preconiza;
- Apoiar a preparação, no contexto nacional, do próximo ciclo de programação dos fundos comunitários.

Considerando que CNT entende que esta plataforma poderá constituir um importante instrumento na condução das políticas públicas setoriais com impacte territorial e no ordenamento do território;

Considerando que a DGT, outras entidades membros da CNT e outras instituições da Administração Pública, dispõem de informação para integrar essa plataforma e de capacitação técnica para assegurar o desenvolvimento de plataformas desta natureza;

A CNT deliberou a 25 de novembro de 2015 recomendar ao membro do Governo a criação de uma plataforma de georreferenciação dos investimentos com impacte territorial aprovados no âmbito do Portugal 2020 que cumpra os requisitos de interoperabilidade com a plataforma da Administração Pública (iAP) e com outros sistemas de informação existentes na Administração Pública.